

# EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE TERRA NO ESTADO DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DATALUTA

FERREIRA, Denise de Sousa<sup>1</sup>  
MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes<sup>2</sup>  
SILVA, Bruno Ravic da<sup>3</sup>  
CCEN /Departamento de \Geociências/ PROBEX

## RESUMO

O objetivo do trabalho é apresentar um aspecto da questão agrária na Paraíba, “as ocupações de terra”, com base nos dados levantados no âmbito do Projeto de Pesquisa e Extensão “DATALUTA - Banco de dados da luta pela terra na Paraíba a serviço dos movimentos sociais, do ensino e da pesquisa”. O Projeto visa fornecer informações sobre vários aspectos da questão agrária na Paraíba tais como ocupações de terra, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais, manifestações e estrangeirização das terras, bem como contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas para o campo. Ele vem sendo desenvolvido desde 2010, pelo Grupo de Estudo Espaço, Trabalho, e Campesinato (GETEC) do DGEIOC e do PPGG/UFPB/CNPq e faz parte da Rede DATALUTA Nacional, criada em 1998, pelo NERA, na UNESP de Presidente Prudente, sob a coordenação do professor Bernardo Mançano Fernandes. No DATALUTA- PB trabalhamos com quatro escalas espaciais: estadual, mesorregional microrregional e municipal. Os dados são levantados a partir das seguintes fontes: Comissão Pastoral da Terra – CPT, Ouvidoria Agrária Nacional – OAN, notícias de jornal, mídia em geral, DATALUTA – NERA, INCRA, ANOTER e INTERPA - PB. Os dados da estrutura fundiária são do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR e do IBGE. Os dados sobre as manifestações e a estrangeirização das terras são colhidos em reportagens, notícias de jornais e em mídias diversas. Os resultados são divulgados anualmente através do Relatório DATALUTA Nacional e Estadual. Nesse trabalho nos detemos no estudo das ocupações de terra ocorridas na Paraíba no período de 1998 a 2012.

**Palavras-Chave:** Questão Agrária, Ocupações de terra, Paraíba.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar e analisar um dos aspectos da questão agrária na Paraíba, as ocupações de terra, com base nos dados levantados no âmbito do

---

<sup>1</sup> Discente bolsista do Probex/DGEIOC/UFPB.

<sup>2</sup> Professor Orientador/DGEIOC/UFPB.

<sup>3</sup> Discente bolsista do Probex /DGEIOC/UFPB.

Projeto de Pesquisa e Extensão “DATALUTA - Banco de Dados da luta pela terra na Paraíba: a serviço dos movimentos sociais, do ensino e da pesquisa”. O Projeto vem sendo desenvolvido desde 2010 pelo “Grupo de Estudo Espaço, Trabalho, e Campesinato” do DGEOC e do PPGG/UFPB/CNPq e faz parte da Rede DATALUTA Nacional, criada em 1998, pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista, da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus da UNESP de Presidente Prudente, sob a coordenação do professor Bernardo Mançano Fernandes.

No DATALUTA- PB trabalhamos com quatro escalas espaciais: estadual, mesorregional, microrregional e municipal. Os dados de ocupações de terra e de famílias envolvidas em ocupação foram organizados a partir das seguintes fontes: Comissão Pastoral da Terra – CPT, Ouvidoria Agrária Nacional – OAN e o DATALUTA -Nacional.

## **DESENVOLVIMENTO**

Em virtude da disseminação da ideia de que o agronegócio é o propulsor da economia nacional nos períodos de crise e que o crescente aumento da produção de grãos teria resolvido a questão agrícola nacional, as discussões sobre a reforma agrária “perderam espaço em algumas esferas acadêmicas e político institucionais nos últimos anos parecendo inclusive como uma questão resolvida, ultrapassada ou obsoleta” (JUNIOR, 2010, p.184). Todavia, a divulgação dos dados do Censo Agropecuário de 2006, demonstrando a permanência da concentração da propriedade da terra nos vinte anos anteriores, bem como a constatação da continuação das ocupações, da multiplicação das ocorrências de manifestações, da proliferação dos acampamentos de trabalhadores sem terra, bem como o avanço do capital estrangeiro sobre as terras agrícolas, estão aí a reafirmar que a questão agrária não só não foi resolvida como é um tema atual e que contribui para a retomada das discussões em torno da reforma agrária.

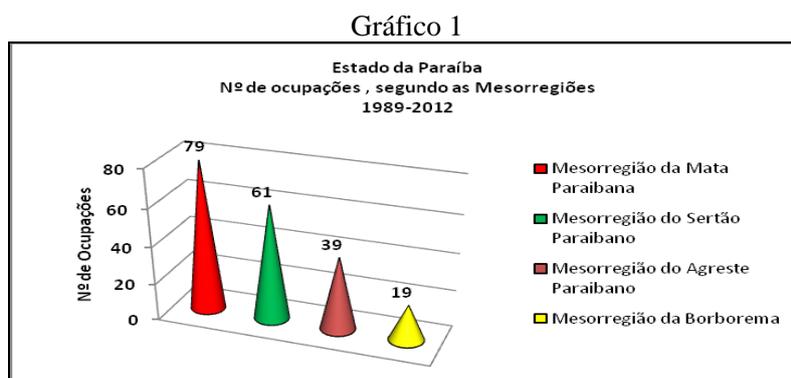
Interessa a este artigo apresentar e analisar as ocupações de terra na Paraíba no período compreendido entre 1989 e 2012, a partir dos dados do DATALUTA Nacional e do DATALUTA-PB.

### **1. As ocupações de terra na Paraíba**

De acordo com a CPT (2012) as ocupações são classificadas como conflito e consistem em “ações coletivas das famílias sem-terra, que por meio da entrada em

imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social”. Para Moreira (2013), as ocupações, entendidas como conflito podem ter uma percepção mais ampla uma vez que este eclode não apenas em função da reivindicação de terra como também para reivindicar o acesso à água.

Na Paraíba entre 1989 e 2012 tiveram lugar 198 ocupações de terra, com a participação de 20.539 famílias (DATALUTA, 1989-2012). Na Mesorregião da Mata Paraibana ocorreram 79 ocupações (o que representa 39,9% do total), envolvendo 9.299 famílias (46,4% do total das famílias em ocupação no estado). No Sertão Paraibano ocorreram 61 ocupações (30,8% do total) envolvendo 6.246 famílias (29,8% do total). Na Mesorregião do Agreste Paraibano ocorreram no período 39 ocupações (19,7% do total) com 3.838 famílias (18,3% do total). E por fim, na Mesorregião da Borborema ocorreram 19 ocupações (9,6% do total) com 1.156 famílias envolvidas (5,5% do total) (MOREIRA, FERREIRA e RAVIC, 2013), (Gráfico 1).



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2013. GETEC/UFPB.

Dentre as Microrregiões, a de Sapé foi a que mais se destacou com 37 ocupações (18,7%) envolvendo 5.226 famílias (25,4% do total). Outra microrregião que se distinguiu foi a de Souza com 30 ocupações (15,2%) e 4.153 famílias em ocupação (20,2%). A microrregião de Umbuzeiro foi a única onde não foi verificada nenhuma ocupação durante o período estudado.

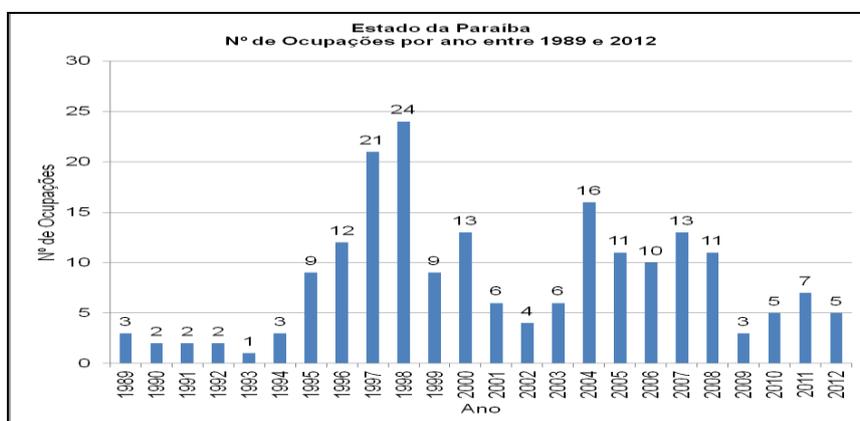
Os municípios com maior número de ocupações entre os anos de 1989 e 2012 foram Sousa, no Semi-árido, com 11, envolvendo 1.685 famílias e Sapé, na Zona da Mata, com 8, envolvendo 1.523 famílias.

Levando em consideração apenas o ano de 2012, constata-se que, na Paraíba, houve apenas cinco ocupações, com 570 famílias envolvidas, sendo três na Mesorregião da Mata Paraibana (uma na Microrregião do Litoral Norte, no município de Marcação e duas na Microrregião do Litoral Sul, sendo uma no município de Caaporã e a outra

entre os municípios de Alhandra/Conde/Pitimbu). Duas ocupações ocorreram na Mesorregião do Sertão Paraibano com 470 famílias, todas na Microrregião de Souza (uma no município de Aparecida com 120 famílias e outra entre os municípios de Aparecida e Sousa com 350 famílias).

Analisando a evolução das ocupações ao longo do período estudado, verificamos que o maior número de ocupações ocorreu nos anos de 1997 e 1998, como demonstra o gráfico 2. Constata-se também que houve significativo crescimento das ocupações entre 1995 e 1998 e um outro período de maior concentração das ocupações, coincidindo com o interstício de 2004 e 2008 com 10 a 16 ocupações (Gráfico 2). O ano com menor número de ocupações foi o de 1993 (Gráfico 2).

Gráfico 2

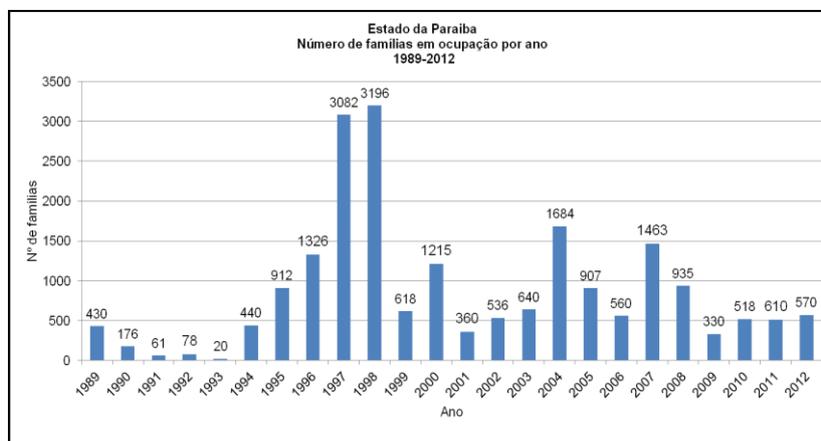


\* NI - Não Informado

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013. GETEC/UFPB.

O número de famílias em ocupação apresenta significativo crescimento entre 1994 e 1998, passando de 440 para 3.196 famílias. Destacam-se também os anos de 2000, 2004 e 2007, com um número significativo de famílias em ocupações (Gráfico 3).

Gráfico 3



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013. GETEC/UFPB.

Das 198 ocupações identificadas no período estudado, 89 não têm indicação de algum Movimento Socioterritorial de apoio. Os dados dão conta, porém, de que o MST foi responsável por 73 ocupações envolvendo 8.102 famílias e a CPT por 23 ocupações, envolvendo 2.111 famílias. A Mesorregião do Sertão se destaca, com 24 ocupações do MST e 11 da CPT.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Do exposto, constata-se que a ocupação de terras tem sido, ao longo do tempo, uma das estratégias dos movimentos sociais e dos trabalhadores organizados para reivindicar o direito à terra e à água no estado da Paraíba. Essas ocupações são mais concentradas na Zona da Mata e no Sertão e os movimentos socioterritoriais envolvidos são principalmente o MST e a CPT. A Medida Provisória 2.183-56/2001 criada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que utilizando o jargão "terra ocupada não pode ser desapropriada", objetivou reduzir o número de ocupações proibindo durante dois anos a vistoria dos imóveis ocupados por trabalhadores sem terra. Tal medida teve impacto na Paraíba apenas nos três primeiros anos em vigor. Na verdade, até 1989 predominou no estado a luta de resistência dos trabalhadores sem terra com o apoio da CPT. Só a partir da década de 1990 com a chegada do MST no estado, é que a estratégia da ocupação de terras passou a ser adotada na luta por reforma agrária. A redução dessa estratégia a partir de 2009, portanto, não pode ser atribuída à Lei, mas provavelmente à retração da ação dos movimentos sociais ou a melhoria da condição de vida da população decorrente da transferência de renda do Governo através das diversas políticas públicas.

## **REFERÊNCIAS**

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Org. CANUTO, Antônio; SILVA LUZ, Cássia Regina da; WICHINIESKI, Isolete. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

DATALUTA – NACIONAL. **Banco de dados agregados sobre ocupações de terra, 1998- 2012**. Presidente Prudente: NERA, 2013.

**DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013**. João Pessoa: GETEC/UFPB

JUNIOR, Valdemar João Wesz. A questão agrária brasileira: novos contextos e velhos desafios. Maringá-PR: **Revista Espaço Acadêmico**, Nº 106, março de 2010.

MOREIRA, Emilia FERREIRA, Denise e RAVIC, Bruno. João Pessoa: **Relatório Final**, PROBEX - DATALUTA-PB, 2013.